

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

THAYNÁ STELMA BARROS RANGEL

Formação de psicólogas¹ para atuar na assistência social: revisão de literatura sobre experiências formativas em cursos de Graduação em Psicologia

Santo Antônio de Jesus-Ba

2022

¹ Aqui foi adotado o gênero feminino em todos os termos se referindo aos profissionais de psicologia e afins, para demarcar a presença majoritária das mulheres na profissão.

THAYNÁ STELMA BARROS RANGEL

Formação de psicólogas para atuar na assistência social: revisão de literatura sobre experiências formativas em cursos de Graduação em Psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, elaborado de acordo com as normas da revista GERAIS (Revista Interinstitucional de Psicologia). Apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inayara Oliveira de Santana

Santo Antônio de Jesus-Ba

2022

THAYNÁ STELMA BARROS RANGEL

Formação de psicólogas para atuar na assistência social: revisão de literatura sobre experiências formativas em cursos de Graduação em Psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para banca de defesa como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovado em 02/09/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Luane Neves Santos (Examinadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Esp. Rozana Maria da Fonseca (Examinadora)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Prof.^a Dra. Inayara Oliveira de Santana (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Formação de psicólogas para atuar na assistência social: revisão de literatura sobre experiências formativas em cursos de Graduação em Psicologia

Thayná Stelma Barros Rangel¹

Inayara Oliveira de Santana²

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo produzir um levantamento das produções científicas sobre a formação em psicologia para atuar na área de Assistência Social. Para tanto, consiste em uma revisão de artigos nacionais indexados nas bases de dados da CAFE publicados entre 2011 e 2021. Foram usados como descritores as palavras “Assistência Social”, “Sistema Único de Assistência Social”, “curso de graduação”, “psicologia”, “graduação em psicologia” e “formação de psicólogos/as”. Os resultados apontam que as políticas públicas ainda são pouco difundidas na formação em psicologia em nível de graduação e, quando abordadas, percebe-se uma predominância da política de saúde em detrimento da política de assistência social que ocupa um lugar de menor destaque nos currículos. Há muitos desafios para a atuação da psicologia na Assistência Social, entre eles, a formação que não contempla de forma aprofundada as políticas sociais, desarticulação da rede e estigma dos profissionais em relação ao usuário.

Palavras-chave: formação em psicologia, graduação, políticas sociais, assistência social.

ABSTRACT: This work aimed to produce a survey of scientific production on training in psychology to work in the area of Social Assistance. To this end, it consists of a review of national articles indexed in the CAFE databases published between 2011 and 2021. The words "Social Assistance", "Sistema Único de Assistência Social", "Graduate Course", "Psychology", "graduation in psychology" and "training of psychologists". The results show that public policies are still not widespread in psychology training at the undergraduate level and, when addressed, a predominance of health policy is perceived to the detriment of social assistance policy, which occupies a less prominent place in the curricula. There are many challenges for the performance of psychology in Social Assistance, among them, the training that does not consider social policies in depth, disarticulation of the network and stigma of professionals in relation to the user.

Keywords: training in psychology, graduation, social policies, social assistance.

¹Graduanda em Psicologia; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Doutora em Psicologia Social; Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

1. INTRODUÇÃO

A formação em psicologia no Brasil

De acordo com Lisboa e Barbosa (2009), Soares (2010) e Antunes (2012), as primeiras contribuições da Psicologia no Brasil ocorrem a partir de estudos realizados por médicos em suas teses de doutorado. Assim eram intitulados os trabalhos de conclusão de curso nas Faculdades de Medicina, nas monografias de provimento de cátedra e também em teses de verificação de títulos.

A formação em psicologia no Brasil foi se expandindo à medida que novas demandas sociais foram impostas. De acordo com Amendola (2014), com o intuito de selecionar e treinar o contingente de trabalhadores interessados em um emprego nas indústrias, um novo tipo de profissional foi requisitado: aquele especializado na avaliação, seleção e treinamento da força de trabalho.

Ainda nos escritos dessa autora, o projeto de psicologia que foi se desenvolvendo no Brasil, iniciou-se com a finalidade de aliar os saberes psicológicos emergentes para atender uma nova demanda social, nesse caso, as novas relações de trabalho com um viés avaliativo, classificatório e disciplinador para os indivíduos, que diante da nova ordem social capitalista, precisavam se enquadrar.

Ao estudar a história do surgimento e consolidação da Psicologia no Brasil, Rudá, Coutinho e Almeida Filho (2015) identificaram que antes da sua regulamentação como profissão em 1962, a formação em Psicologia passou por três períodos: o período heróico que compreende as primeiras experiências de fraca regulamentação; o período do Currículo Mínimo (CM) instituído a partir da Lei n. 4.119 (1962, 27 de agosto); e o terceiro período: das Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas em 2004 e reformuladas em 2011.

Conforme Lisboa e Barbosa (2009), nesse primeiro momento, na década de 1930, ocorreu a inserção da psicologia no ensino superior, com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. No mesmo ano, a Psicologia se torna obrigatória durante os três anos iniciais nos cursos de Filosofia, Direito, Medicina e Pedagogia. Assim, no início do século XIX, a Psicologia é ensinada na Faculdade de Direito de São Paulo como parte de uma área mais abrangente, a 'ciência do homem', cujo fundamento está na fisiologia, ou seja, a física da natureza humana.

Dessa maneira, no início da década de 1950, foram criados os primeiros cursos de graduação em Psicologia: um no Rio de Janeiro e outro no Rio Grande do Sul, em universidades católicas. Dentro desse processo, foram engendradas iniciativas visando à regulamentação da profissão e dos cursos no país, conforme ressaltam Oliveira, Soligo, Oliveira e Angelucci (2017).

Em 1958, foi elaborado o Projeto de Lei dispendo sobre o curso de formação em Psicologia e a regulamentação da profissão da psicóloga, então chamado de psicologista conforme destacam Oliveira et.al (2017). A psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil em 1962 pela lei 4.119 e desde a regulamentação da profissão, houve no país muitas transformações tanto no que diz respeito à formação quanto no que se refere à prática do psicólogo brasileiro.

O segundo período apresenta a formação quanto à época dos currículos mínimos, onde os autores Rudá et al. (2015) discutem que, em 1962, o Conselho Federal da Educação, baseado no Parecer nº 403, aprova a resolução que institui o CM para os cursos de Psicologia. Tal documento prevê, entre outras deliberações, um núcleo comum de disciplinas.

De acordo com Bernardes (2012), o CM era composto por bases teóricas e aprendizagens formais, estruturado, basicamente, por processos institucionais de transmissão de conhecimentos bem como objetivando reiterar valores socialmente aceitos. Além disso, Fernandes (2016) acrescenta que o Currículo Mínimo determinava três possibilidades de atuação: licenciatura, bacharelado e psicóloga.

Segundo Antunes (2012), Rudá et al. (2015) e Pereira e Pereira Neto (2003), na fase do currículo mínimo, os principais entraves consistiam na ocorrência de limites teóricos e da escassez de mercado de trabalho, da precariedade da formação, grande contingente de formandos, das limitações dos campos de atuação e do comprometimento com interesses da classe dominante.

Em vista disso, em 1978, de acordo com Rudá et al. (2015), duas iniciativas de reforma curricular da Psicologia surgem em diferentes âmbitos. Uma delas parte do Conselho Federal de Educação, a outra do Departamento de Assuntos Universitários (DAU).

Segundo o CFP (2018) isso ocorreu porque os currículos mínimos que duraram 40 anos, passaram a ser considerados insuficientes para formação em psicologia, pois praticamente não consideravam ou não se referiam ao contexto sociocultural no qual o curso

era ministrado. As entidades de psicologia da época, ao se importarem em garantir uma identidade ao psicólogo brasileiro, pensaram em reformas curriculares para viabilizar a homogeneidade da formação em todo país.

Diante desses tensionamentos, foi somente em 2004 a partir de debates, encontros das entidades de psicologia e cartas dirigidas ao Ministério da Educação que se deu a instauração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), elas foram reformuladas em 2011 e perduram em vigência até os dias atuais.

Segundo Seixas (2014), as diretrizes são documentos que norteiam a organização e estruturação dos currículos de Psicologia no país, permitindo uma diversidade e versatilidade que levam em consideração a especificidade e a vocação de cada curso, além disso, são consideradas um avanço frente ao modelo anterior baseado nos Currículo Mínimos.

As principais mudanças que este novo modelo de formação trouxe, conforme Soligo, Oliveira, Muniz e Zanini (2020), é que as DCNs de 2004, republicadas em 2011, reconhecem o compromisso com os Direitos Humanos, com as políticas públicas de saúde e caracterizam-se pelo estabelecimento de competências esperadas para a constituição da identidade profissional pela transversalização da pesquisa e pela organização dos estágios em básicos e de ênfase.

Os autores acima citados reforçam ainda que é notável o avanço que essas DCNs apresentam ao assumirem, explicitamente, uma postura de compromisso social e ao contemplarem uma formação que supera a configuração disciplinar que possibilita a inserção de novos saberes e práticas na formação em Psicologia.

Já em 2018, Ano da Formação em Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) lideraram o processo nacional de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia. O intuito foi mobilizar docentes, estudantes e profissionais para construir propostas para as novas diretrizes.

Dentro destas novas propostas, está a sugestão para a inserção de mais uma ênfase curricular, Psicologia e Políticas Públicas, onde seriam alocados no currículo componentes curriculares obrigatórios, optativos e estágios sobre as políticas públicas dentre elas, a assistência social, e sua interface com a psicologia. Essa proposta visa reforçar a postura de compromisso social, reconhecer implicações da categoria com o contexto sociocultural e

discutir de forma mais fidedigna, os atravessamentos e questões que constituem a realidade brasileira. Vale ressaltar, que o Ministério da Educação ainda não aprovou esta atualização para as DCNs vigentes.

Formação da psicóloga e a Política Pública de Assistência Social

Desde a regulamentação da profissão no Brasil em 1962, a formação em Psicologia tem sido assunto de debates envolvendo a categoria e suas entidades como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Diante da crescente inserção da profissional da psicologia nas políticas públicas. O Brasil, hoje, conta com mais de 304 mil psicólogas e mais de setecentos cursos de graduação em Psicologia, conforme apontam Oliveira et al. (2017).

Segundo Ribeiro e Soligo (2020), é relevante considerar que há muitos anos, o modelo clínico tradicional estava presente nas matrizes curriculares. Tal atuação trazia um caráter elitista à profissão, pois restringia o acesso aos serviços da psicóloga apenas às classes sociais com alto poder aquisitivo, excluindo, assim, a grande maioria da população dos serviços prestados pela psicóloga.

Por isso, são indispensáveis mudanças na formação desse profissional para capacitá-lo para atuar nas políticas públicas de maneira crítica e efetiva, isto é, desenvolver ações condizentes com esses novos contextos de atuação, conforme Ribeiro e Guzzo, (2014). Sobre isso, o CFP (2011) considera as políticas públicas elementos centrais para a melhoria da qualidade de vida da população. Com essa visão, a entidade reforça o compromisso social da profissão em defesa da democracia e das políticas públicas.

Com a Constituição de 1988, a assistência social passou a integrar com a saúde e a previdência, o tripé da Seguridade Social, tornando-se, portanto, uma política pública de caráter não-contributivo, tripartite, territorializada e destinada às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Iniciativa conquistada por meio de intensas e longas manifestações de entidades civis. Outro marco importante foi dado em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que assegura a cidadania de vários segmentos da população, viabilizando a superação das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Posteriormente, em 2004, surge a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Depois, em 2005, por meio de deliberações referentes à IV Conferência de Assistência Social, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizado em níveis de

complexidade. A proteção social básica, operacionalizada a partir dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que oferece fortalecimento de vínculos familiares e comunitários aos cidadãos. E também a proteção social especial, executada por meio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) onde são atendidos casos de média complexidade, com ações que buscam assistir as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (CFP, 2012).

Desse modo, as atuais resoluções da Política de Assistência Social, como a NOB-RH/SUAS e a Resolução nº 017 de 2011 do CNAS, estabelecem a psicologia como uma profissão que obrigatoriamente deverá estar presente nas equipes socioassistenciais de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A presença das psicólogas nesta política pública é tão expressiva que o CFP (2015) estima que aproximadamente 10% das profissionais ativas estão atuando no SUAS.

Dessa maneira, a inserção da psicologia nas políticas públicas cresceu muito nos últimos dez anos. Essa atuação foi acompanhada pela construção, na Psicologia, do compromisso social com a participação de psicólogas de todo o país. A partir dessa perspectiva, é valorizada a criação de práticas comprometidas com a transformação social em consonância com uma ética voltada para a emancipação humana (CFESS, 2007) e para a superação do assistencialismo nas práticas e relações estabelecidas nesse contexto.

Sobre isso, Miron, Osório, Fernando, Kohler, Victorino (2014), reiteram que muito mais do que um discurso, o conceito de compromisso social deve estar presente no dia a dia das psicólogas nos mais diferentes campos de atuação: na Clínica, na Educação, no Trabalho, na Avaliação Psicológica, sobretudo, nas Políticas Públicas, sendo que falar de uma prática comprometida socialmente significa falar de uma atuação implicada com o contexto em que vivemos e que busca a transformação da vida.

De acordo com Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado (2007), essa prática socialmente comprometida teve início com o rompimento da psicologia com sua tradição elitista e pela necessidade de se construir um novo projeto na América Latina e no Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, a fim de tornar a Psicologia disponível à maioria da população com uma oferta de serviços e práticas que colaborassem para a construção de melhores condições de vida no país.

De acordo com Santos, Santana, Sales, Souza, Andrade e Rangel (2021, p. 466), o trabalho psicossocial desenvolvido no SUAS deve ser pautado no “fazer ‘com’ e não ‘para’ as pessoas” visando superar leituras que desconsiderem a realidade social e o território onde cada pessoa está inserida. Segundo Martín- Baró (2017) é papel da Psicologia a construção de um novo espaço de desenvolvimento epistemológico, havendo uma práxis (prática refletida), assim como um compromisso político e social com a libertação da opressão sofrida pelos povos latino-americanos, pois, conforme acredita, a libertação do indivíduo é a libertação da sociedade.

Pensando nesses desafios, os processos formativos nas graduações em psicologia precisam de forma cada vez mais eficaz e abrangente, considerarem todos estes aspectos, uma vez que eles também constituem os modos de vida da população. Em especial, o trabalho da psicóloga na Assistência Social, deve preconizar a superação das vulnerabilidades, o fortalecimento de vínculos e o reconhecimento das potencialidades das comunidades como apontam as investigações feitas por Santos, (2016), Faria (2020) e Santos, Machado e Sadallah (2020).

Diante disso, esse estudo visa mapear quais produções científicas estão sendo desenvolvidas a respeito da formação de psicólogas para atuar em políticas públicas de assistência social, a fim de compreender os desafios, possibilidades e lacunas a respeito da temática, bem como a possível ampliação do objeto de investigação da pesquisa. Vale ressaltar que este estudo é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Formação de psicólogas para atuar na assistência social na Bahia: um estudo da graduação à Educação Permanente no SUAS” que se encontra em fase de desenvolvimento pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em saberes e práticas na Assistência Social - PRAXIS¹ na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

¹ Agradecemos às integrantes do PRAXIS que colaboraram com a construção do banco de dados da presente pesquisa, especialmente a: Evelin Sales, Luane Neves Santos e Rozana Maria da Fonseca.

2. MÉTODO

O presente estudo adotou a revisão de literatura como método de pesquisa. De acordo com Severino (2013, p. 106), a revisão de literatura “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”, permitindo uma análise dos trabalhos publicados num determinado período e, por consequência, a sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema.

Para tanto, inicialmente, realizou-se o levantamento de artigos nacionais constantes na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) - um serviço de gestão de publicações científicas provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que permite o acesso de forma remota ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

A escolha dessa plataforma se deu porque ela engloba diversas outras, como: Scielo, BTTD, Lilacs e Pubmed e revistas eletrônicas. Para a realização de buscas foram utilizadas as seguintes combinações de descritores: "Assistência Social", "Sistema Único de Assistência Social", "curso de graduação", "psicologia", "graduação em psicologia", “formação de psicólogos/as”. Vale ressaltar que os descritores foram escolhidos a partir da leitura prévia dos princípios e diretrizes da PNAS e PNEP/SUAS e da seleção de palavras-chaves que fossem mais condizentes com o tema e com os objetivos deste estudo. Assim, no período de abril a maio de 2021, as buscas foram realizadas por meio dos descritores citados anteriormente. Esses termos foram inseridos na plataforma CAFe por meio de busca avançada que compreende a inserção de todos os termos juntos associados aos operadores *booleanos* de modo que a procura dos trabalhos foi feita exatamente da seguinte maneira: "Assistência Social" OR "Sistema Único de Assistência Social" AND ("curso? de graduação ?? psicologia" OR "graduação ?? psicologia" OR “formação ?? psicolog*” NOT “pós-graduação” NOT Título “Sistema Único de Saúde `` OR" Saúde `` OU" SUS ``).

Diante disso foram feitas as buscas. O espaço temporal adotado foi o ano 2011 até o ano de 2021, período em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Psicologia foram republicadas. Foram encontrados 1.066 trabalhos, compreendendo apenas artigos, relatos de experiência, relatos de estágio e revisões de literatura. Além disso, todos os trabalhos escolhidos estavam completos e em português.

Os trabalhos não incluídos nesta revisão compreendem as teses de mestrado e dissertações de doutorado e também os trabalhos que relatam experiências sobre o Sistema

Único de Saúde. Desse quantitativo, após feita a análise, por meio do título e resumo, foram escolhidos 15 artigos que apresentavam concordância com a temática do estudo.

Após essa etapa, foi feita a leitura flutuante e exploratória de todo o banco de dados e, posteriormente, as publicações foram organizadas num fichário a partir das seguintes informações: ano, autoria, região, tipo de estudo. Em seguida, realizou-se uma análise qualitativa dos dados reunindo-os em três categorias: Psicologia e políticas públicas, Processo formativo e Desafios para a atuação da psicologia na assistência social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na plataforma da CAFe, foram encontrados no período de 2011 a 2021 um total de 15 artigos publicados sobre a formação em psicologia para atuar na assistência social, conforme se observa no Quadro 1. Inferimos que tal circunstância se deve ao fato de que como coloca Costa, Amorim, Pessanha e Yamamoto (2012), as autoras que publicam sobre a formação em Psicologia em sua grande maioria produziram apenas um documento. Nesse sentido, a visão dos autores acima é de que isso pode caracterizar uma passagem tangencial pelo tema.

Ainda nos resultados encontrados, também foi possível identificar que em relação à autoria dos trabalhos, existem especificidades. Não foi possível dizer que há um grupo homogêneo de autoras que vêm estudando sobre a formação em psicologia para atuar na Assistência Social no período de tempo analisado, como se pode constatar no quadro 1.

Quadro 1.

Artigo	Ano de publicação:	Autoras/es:	Tipo de pesquisa:
1-	2016	João Leite Ferreira Neto Mônica Soares da Fonseca Beato	Análise Documental
2-	2020	Victor Hugo Belarmino Janine Conceição de Araújo Silva Letícia Lívia de Araújo Santos Magda Dimenstein	Relato de Experiência
3-	2019	Marcelo Felipe Brunieri Leandro Almir Aragon	Relato de Experiência

Artigo	Ano de publicação:	Autoras/es:	Tipo de pesquisa:
		Maria Alice Carvalho Echevarrieta	
4-	2017	Mariana Prioli Cordeiro Jacy Corrêa Curado	Revisão Bibliográfica
5-	2015	Cláudia Aparecida Valderramas Gomes Bruno Vinícius Borges de Seabra Santos Felipe Leonardo dos Santos Gabriela Mazolini de Oliveira Santos Marina Henriques de Andrade Arnon Freires Neves Mayara dos Santos Baldin Stéfanie de Paula Sales Pinheiro Hudson Henrique Ferreira Depicoli	Relatório de Experiência
6-	2020	Lauren Beltrão Gomes Cleide Gessele Victória Raissa Gelhardt	Relatório de Projeto de Extensão Universitária
7-	2018	Nayara de Souza Gomes Sílvia Maria Melo Gonçalves	Revisão Bibliográfica
8-	2021	Clarissa De Antoni Mateus Augusto Pellens Baldissera Willian Maciel Krüger	Relato de Experiência
9-	2013	Daniel Dall'Igna Ecker Lutiane de Lara	Relato de Experiência
10-	2011	Jane Cruz Prates Thaís Teixeira Closs Andrea Mendes dos Santos Jacqueline Carbonari Isadora Lartigau	Análise Documental
11-	2021	Ana Paula Salvatori Allan Henrique Gomes	Análise Documental
12-	2016	Pablo Sousa Seixas Fellipe Coelho Lima Sarah Ruth Ferreira Fernandes Letícia Raboud Mascarenhas de Andrade Oswaldo Hajime	Análise Documental

Artigo	Ano de publicação:	Autoras/es:	Tipo de pesquisa:
		Yamamoto	
13-	2015	Aline Amaral Sicari Tamara Rossi de Oliveira Eliane Regina Pereira	Relato de Experiência
14-	2021	João Victor Begnini Simcic Rafael Bianchi Silva	Análise Documental
15-	2013	Clarissa de Andrade e Silva Oswaldo Hajime Yamamoto	Análise Documental

Diante disso, vale destacar a presença majoritária das mulheres. Dentre os 50 autores descritos na tabela acima, 33 são mulheres. Corroborando com os estudos de Figueiredo e Cruz (2017) no que concerne à visão da Psicologia como uma profissão ‘feminina’, observa-se que, na sociedade e cultura brasileiras, algumas profissões na cultura foram inicialmente ligadas ao cuidado, a exemplo da enfermagem, serviço social e psicologia como se tal procedimento e assistência fossem atribuição e função típica e exclusiva de mulheres, o que reafirma a presença majoritária de mulheres no fazer da psicologia. Vale destacar, entretanto, que essa realidade de predominância feminina não se aplica a todos os contextos de atuação das psicólogas. Segundo Lhullier e Roslindo (2013), mesmo os homens sendo apenas 10% do contingente de profissionais de psicologia no Brasil, eles ainda ocupam, na maioria dos casos, os cargos de chefia, tais como, representação de conselhos, cargos de maior remuneração e *status* sociais, como os espaços universitários e lideranças em grupos de pesquisa recebendo, portanto, mais financiamento para desenvolver pesquisas na academia.

Em se tratando das regiões brasileiras, pode-se dizer que houve uma maior predominância de trabalhos publicados na região sul, as outras regiões aparecem em menor proporção. Tal constatação, fica melhor explicitada no quadro seguinte.

Quadro 2.

Região	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Quantidade de trabalhos encontrados	0	3	1	3	8

O que pode indicar as razões disso é que este território abriga universidades e faculdades que, provavelmente, possuem linhas de pesquisa na área em questão. Observa-se que os(as) autores(as) dos trabalhos selecionados na presente pesquisa possuem filiação institucional com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Outro elemento que pode ser destacado refere-se ao fato da quantidade de publicações na região nordeste ter sido similar a da região sudeste. Os estudos de Macedo e Dimenstein (2011), apontam que houve queda da representatividade das regiões Sul e Sudeste que monopolizavam, em 1997, 61,44% do total de Instituição de Ensino Superior (IES) no Brasil, e, em 2006, esse índice caiu para 48,1%, apesar do crescimento de 97,64% de novas IES nesse mesmo período. Em contrapartida, a Região Nordeste foi a que mais cresceu no período, com aumento de 307,92% no número de IES.

Isso se deve ao fato da Interiorização do Ensino Superior no Brasil que com este passo, muitas universidades foram sendo criadas a partir dos anos 2000. De acordo com Fusco e Ojima (2017), os municípios do interior do Nordeste oferecem menos condições (econômicas, sociais, laborais etc.) que as suas capitais. No entanto, esse cenário vem mudando principalmente durante a década de 2000 e um dos fatores responsáveis é a expansão do acesso à formação superior para a população do interior. Esse aspecto também está indicado no presente estudo, depois da região Sul e Sudeste, a região que possui mais autoras que escreveram sobre o tema, é a região Nordeste. Por sua vez, a região norte não apareceu, seguida da região Centro-Oeste, onde um trabalho apenas foi encontrado.

Em relação ao tipo de pesquisa, dos 15 artigos, 7 são relatórios de estágio, 5 são análises documentais, 2 são revisões bibliográficas e 1 relatório de projeto de extensão. No quadro 1, é possível visualizar melhor esses documentos encontrados. Os relatórios de estágio são importantes ferramentas para sistematizar toda a produção teórico-prática exercida nas atividades. De acordo com Couto e Júnior (2016) a importância do estágio para a formação profissional é poder unir teoria à prática.

Depois, os trabalhos que mais apareceram foram as análises documentais, 5 publicações que se traduzem em importantes ferramentas para instrumentalizar o leitor acerca do tema, bem como informá-lo se os princípios e diretrizes de uma política, debate estão ou não, contemplados nos saberes e práticas produzidos por uma instituição. Já as revisões

bibliográficas estão presentes por 2 vezes. Nessa produção é possível explorar o tema a partir de critérios pré-selecionados, propondo uma busca na literatura. Como aponta Conforto, Amaral e Silva (2011), as revisões bibliográficas são um método científico para busca e verificação de artigos de uma área específica da ciência. É muito utilizada em pesquisas na medicina, psicologia e ciências sociais, onde há grandes quantidades de dados e fontes de informações.

Os relatos de experiência sobre os projetos de extensão, citados apenas 1 vez, também visam a articulação entre teoria e prática. Além disso, compõem um processo formativo na graduação, assim como ensino e a pesquisa permite um contato com a comunidade externa e também permitem aos estudantes, o protagonismo na execução das atividades propostas.

Com relação aos conteúdos abordados nos escritos, foi realizada a sistematização dos dados em categorias, sendo definidas três categorias: Psicologia e políticas públicas, Processo formativo e Desafios para a atuação da psicologia na assistência social.

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nessa categoria, as produções encontradas apontam que as políticas públicas de assistência social ainda são pouco difundidas na graduação em psicologia (Prattes, Closs, Santos, Lartigau e Carbonari, 2011; Ecker & Lara, 2013; Silva & Yamamoto, 2013; Beato & Neto, 2016; Seixas 2016; Cordeiro & Curado, 2017; Silva & Simsic; 2021). Sendo assim, os nossos interlocutores indicam diversas razões que podem explicar este fato: uma delas é que ainda predomina nas graduações um viés que privilegia as discussões sobre a clínica individual em detrimento das demandas sociais da realidade brasileira.

Conforme Prattes et al. 2011, em relação aos cursos de Psicologia investigados no Rio Grande do Sul, num total de 9 IES a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se destaca por disponibilizar 11 disciplinas abordando a temática ou conteúdos relacionados à Política de Assistência Social, sendo importante ressaltar que o curso de Psicologia iniciou na UFRGS em 1973. A UFCSPA oferta 1 disciplina que aborda o conteúdo, o IPA oferta 2 e o ESADE oferta apenas 1 disciplina. Portanto, os dados preliminares sobre a produção dessa área mostram que apesar desta política ser muito importante para ambas, a produção acadêmica sistematizada e divulgada como temática principal, ainda é bastante reduzida, o que vem reforçar a necessidade de maior atenção para este tema na produção de conhecimentos e na formação profissional.

Nas palavras das autoras Ecker e Lara (2013), na graduação de Psicologia, na IES analisada por elas, foram discutidos alguns aspectos sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) bem como se organiza sua rede de serviços, ações e benefícios. Entretanto, devido a uma enorme predominância de disciplinas mais voltadas para aspectos individuais, processos terapêuticos e questões intrapsíquicas, a formação aconteceu de forma superficial para atuar no campo deste setor.

Já Silva e Yamamoto (2013), que reiteram as reflexões de Cruz e Guareschi (2009), reivindicam uma formação menos técnica mais crítica e politizada com a inserção de discussões pouco contempladas na academia como reforma sanitária e psiquiátrica, assistência social, direitos humanos, cidadania, movimentos sociais e conselhos de controle social. De acordo com Beato e Neto (2016) a maioria das optativas e dos estágios ligados à prática profissional permanece nos últimos períodos e com temas em psicologia clínica. Ainda para esses autores, o quadro mais grave é a tendência em atribuir às políticas públicas um estatuto de conteúdo específico e localizado no curso.

Essa situação parece gerar um lugar de especialidade para a formação relacionada ao tema, em vez de transversalidade. Seixas (2016) ao analisar 40 PPC's de universidades públicas e privadas afirma que os cursos possuem um foco técnico e prático, preocupando-se, recorrentemente com a promoção de saúde e compromisso social, viés identificado nas duas dimensões analisadas, políticas de saúde ganham destaque nos PPCs, possibilitando garantir um espaço mínimo para a discussão da atuação nesse campo; por outro lado, é reduzido (ou ausente), nos fundamentos do curso, debates acerca das políticas de assistência social.

Outro fator apontado por Cordeiro e Curado (2017), é que a formação deve abordar o aspecto interdisciplinar para o trabalho no SUAS. Elas apontam que o trabalho na política pública de assistência social é um fazer estritamente interdisciplinar. Além disso, elas indicam que aplicar somente conhecimentos ou técnicas psicológicas não é relevante. Para isso, é relevante sensibilizar os estudantes para temas, em geral, tais como, movimentos sociais, direitos humanos, cidadania e participação social.

Simcic e Silva (2021) fizeram um estudo analisando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) das universidades e faculdades do estado do Paraná. Elas identificaram que há disciplinas que abordam de forma mais geral o trabalho do psicólogo para as políticas públicas, dentre elas estão: Psicologia e Políticas Públicas e Contribuições da Psicologia Social. Os conteúdos mais discutidos nestes componentes são: a proposição de debate de

temas como cidadania, direitos humanos, diversidade, atuação do psicólogo nos contextos de saúde pública e mental, discussões sobre o processo de formação e administração das políticas públicas, a atuação no (SUS) e Assistência Social (SUAS) e diretrizes para o profissional psicólogo na área de saúde e proteção social, além dos conceitos de redes e coletivos.

Nessa pesquisa, observou-se a existência de apenas 9 disciplinas (517 horas) inseridas ao longo dos anos que pretendem discutir Políticas Públicas, das quais apenas 90 horas são destinadas a dois títulos que deixam explícitos em suas ementas a discussão no cenário da Assistência Social. As autoras concluem que os dados demonstram pouca preocupação por parte dos cursos de Psicologia no estado do Paraná em oferecer, na formação, disciplinas que se propõem a discutir políticas públicas como debate independente e específico, o que é encontrado também em outras regiões do país (Prates et al., 2011; Beato, Ferreira & Neto, 2016; Cordeiro & Curado, 2017; Gomes & Gonçalves, 2018).

Em conformidade com as análises feitas por Bernardes (2012), Andrade e Moraes (2017), Trentin et al (2018); os estudos desta categoria apontam que essa iniciativa em certa medida, já existe nas produções analisadas, mas que é necessário aumentar a quantidade de iniciativas sobre esse debate na graduação, ofertando mais componentes curriculares, projetos de extensão, cursos, expandindo assim a oportunidade de capacitação na área da Assistência Social.

Sobre isso, os escritos de Andrade e Moraes (2017) ressaltam que aspectos como preparo acadêmico, capacitação continuada, maiores investimentos no setor público e fortalecimento dos recursos humanos são elementos imprescindíveis na implementação e execução da “verdadeira” política de assistência social. Consoante a esta ideia, os escritores Trentin et al. (2018) acrescentam que é relevante haver a instrumentalização profissional, passando desde a formação acadêmica até a prática profissional por meio de educação permanente e supervisão local.

PROCESSO FORMATIVO: experiências de estágio e extensão

Nessa categoria estão agrupados os artigos que abordaram a formação em psicologia para atuação na assistência social a partir de relatos de experiências de estágio. (Gomes et al, 2015; Sicari, Oliveira, Pereira, 2015; Gomes & Gonçalves, 2018; Belarmino, Silva, Santos &

Dimenstein, 2020; Gomes, Gessele & Gerhardt, 2020; Kruger, Antoni & Baldissera, 2021) considerados aqui como importantes processos formativos em psicologia.

Nos relatos de experiência encontrados identificamos correlações com temas transversais importantes para a atuação na assistência social, tais como: a Rede de Proteção à mulher vítima de violência, conceito de vulnerabilidade social, discutir a possibilidade de extensão universitária. Pensando nesses temas como importantes elementos para qualificar os processos formativos na graduação, faz-se uma breve descrição a seguir objetivando explicitar como foram trabalhados nos estágios.

Como apontam os autores Gomes et al. (2015), a imersão nesses campos de estágio também trouxe a oportunidade de pensar sobre a formação da psicóloga sugerindo alguns entraves relativos à sua prática profissional tal como: a tarefa de pensar em novos modelos de atuação que considere as demandas advindas do interior de uma sociedade que produz e mantém a desigualdade social.

Sicari, Oliveira, Pereira (2015), pontuam que houve pouca adesão da comunidade em relação à Oficina de Fotografia e Roda de Música proposta pelos estagiários que acabaram desistindo dessa intervenção. Ao refletirem sobre essas questões, destaca-se que por mais que os CRAS sejam terrenos férteis para propor atividades como as oficinas e experimentação de novas práticas, é recomendável que as propostas de intervenções, métodos e objetivos sejam construídas com a comunidade a partir de suas necessidades.

As escritoras Gomes e Gonçalves (2018), concluem que apesar das teorias e técnicas da psicologia social serem abordadas na academia, os cursos que abordam a atuação profissional na Assistência Social são raros. Assim, defende-se a importância de uma formação mais completa que considere o atual cenário de prática profissional da Psicologia e de uma visão crítica da presença da psicóloga na Política Pública de Assistência Social para que este não seja apenas mais um instrumento de perpetuação da violação de direitos.

Belarmino et al. (2020) descreve a experiência do estágio curricular na Rede de Proteção à mulher vítima de violência, do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao longo do ano de 2016. Os campos de práticas vivenciados foram um Centro de Referência e uma Casa Abrigo, ambos vinculados à Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Semul) do município de Natal (RN). Nesse estudo, o objetivo foi refletir acerca do seu funcionamento institucional, com ênfase nas práticas

profissionais, a partir de três eixos norteadores: 1. aspectos institucionais e operacionais da rede de proteção; 2. Articulação e fluxos intra/intersectorial na rede de atenção local; 3. Práticas profissionais com ênfase no cotidiano dos serviços. Para tanto, foi utilizado o referencial teórico da Análise Institucional para pensar os serviços e o trabalho dos agentes no cotidiano.

Essa experiência de estágio evidenciou que o acolhimento e a escuta são práticas atribuídas por outros profissionais como de exclusividade da psicóloga que fica com a tarefa de lidar com o sofrimento das mulheres em situação de violência. Todavia, o acolhimento propõe o estabelecimento de colaboração multidisciplinar e interprofissional (Signorelli, Taft, & Pereira, 2018) e deve ir além do senso comum e da empatia, o que torna indispensável repensar e qualificar as formas de acolhimento às mulheres em situação de violência. Sendo assim, os autores endossam a visão de Santos e Nóbrega (2017), estes acrescentam que os cursos privilegiam saberes cuja ênfase recai sobre a técnica em detrimento de uma reflexão crítica e uma prática política, dificultando a interlocução entre teoria e prática nos cenários sociais precarizados.

Outro aspecto importante presente nesta categoria são os desafios para extensão universitária em dispositivos do SUAS. No estudo feito por Gomes, Gessele e Gelhardt 2020, que consistiu em um relato de experiência de projeto de extensão da Universidade Regional de Blumenau, buscou-se discutir possibilidades e desafios da extensão universitária em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As atividades ocorreram num Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e tiveram como principal meta promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio da estruturação e consolidação de uma brinquedoteca comunitária.

Nesse relato os desafios para extensão universitária em dispositivos do SUAS englobam a importância de aprofundamento teórico e de investimento em pesquisas e projetos de extensão que possibilitem a análise de práticas que vêm sendo desenvolvidas em contextos de brinquedotecas comunitárias, visando tanto o fortalecimento desses espaços como recursos metodológicos no trabalho com famílias em vulnerabilidade social quanto seu reconhecimento como meio facilitador no processo de inclusão social.

É possível afirmar que a extensão universitária tem sido amplamente reconhecida nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil de modo que houve em 2018 a promulgação da Resolução nº 7 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação que em seu artigo 3º,

torna obrigatória a curricularização da extensão, isto é, o reconhecimento da extensão universitária como processo fundamental para qualificar a formação profissional de graduandos.

Nesse aspecto, Salvatori e Gomes (2021), discutem também a importância da pesquisa nos processos formativos em psicologia. A partir da análise dos documentos foi possível observar que as atividades de pesquisa e estágio de um curso de psicologia nos serviços do SUAS em cidades da região Sul, encontram-se em crescente construção. Os números de pesquisas e estágios nesses serviços, os menores em relação às outras complexidades, apontam para uma prática profissional que está em desenvolvimento.

Outro fator apresentado por elas é que a pertinência de práticas e pesquisas continuadas possibilita que a desigualdade social possa ser tematizada na graduação de psicologia. Dessa maneira, as pesquisas e os estágios acabam por transversalizar a discussão das políticas públicas no projeto curricular especialmente quando realizadas de forma sistemática e mediante parcerias sucessivas, pois assim, garantem um modo articulado de formação no campo da desigualdade social.

Gomes et al. (2015), escreveram uma reflexão teórica acerca das relações entre as políticas públicas e a situação de vulnerabilidade social a que estão submetidas crianças e adolescentes, a partir de uma experiência de estágio supervisionado de alunos do Curso Psicologia da UNESP/ Campus de Assis. Essa vivência do estágio supervisionado, trouxe a necessidade de analisar as implicações que os conceitos de vulnerabilidade social e políticas públicas assumem no campo da atenção profissional relacionada a crianças e adolescentes. Ademais, o estudo indicou a importância de se problematizar a produção da condição de vulnerabilidade social bem como a relevância de o futuro psicólogo aprofundar nos conceitos de vulnerabilidade social e políticas públicas como forma de instrumentalizar-se para um exercício profissional crítico.

Outro assunto demonstrado é o estigma de alguns profissionais em relação aos demandatários da Política de Assistência Social. Esse aspecto foi investigado por Kruger, Antoni e Baldissera (2021) na experiência de estágio de trabalho psicossocial dentro do Estágio Profissional de Psicologia em um serviço de abordagem social no município de Porto Alegre, Brasil.

Aspectos estruturais como preconceito, violência de gênero e preconceito racial foram notados como elementos constituintes da interação entre servidoras/es e usuárias/os. Na vivência em campo ou em reuniões de equipe foi observado pelos autores, por vezes falas LGBTfóbicas, racistas e/ou misóginas pelas/os trabalhadoras/es em relação aos usuários.

Questões essas que se mostram totalmente contrárias às normativas do SUAS e algumas resoluções e cartilhas publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Garantia ao uso do nome social para pessoas Travestis e Transsexuais; SUAS sem transfobia 2018, Promoção da Igualdade Racial no SUAS 2018). Além disso, o próprio Conselho Federal de Psicologia também estabelece normas de atuação nesses contextos como, por exemplo a Resolução CFP N° 018/2002 que regulamenta a atuação dos profissionais da Psicologia em relação ao preconceito e à discriminação racial, a Resolução CFP N° 001/1999 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual e a Resolução CFP N° 01/2018 que estabelece as normas para atuação das psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

De modo geral, todas essas orientações e normativas apontam para a importância de reconhecer as especificidades no que diz respeito a esses debates públicos, bem como a necessidade de integrar esses públicos aos programas e serviços ofertados pela política, destacando-se dentre essas ações, reconhecer o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais nos prontuários sociais, reconhecer as diferentes configurações familiares formadas por esta população, e desenvolver ações que garantam os direitos socioassistenciais.

Segundo Marcelino (2015) situações como essas ainda ocorrem, em certa medida, pelo fato de que a diversidade sexual e de gênero se apresenta de maneira carente nos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem tal temática na formação desses profissionais. Por isso, a importância de priorizar aspectos dessa natureza na graduação, sobretudo para o contexto do fazer nas políticas sociais.

Também a abordagem social para pessoas em situação de rua está preconizada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Warpechowski, 2018), aderida ao campo da Proteção Social Especial de Média Complexidade. O serviço busca atuar com situações de trabalho infantil de crianças e adolescentes, além de adultos que se encontram em situação de rua. Os autores ainda apontam que, dentro da totalidade das ações, pela concepção interdisciplinar do projeto, foi possível constatar a predominância das disciplinas

de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia como saberes úteis à qualificação da interação sistêmica da/o usuária/o do serviço com diferentes estruturas sociais tais como: sua família, os espaços educacionais e os espaços de saúde.

Considerando os objetivos deste estudo que foi investigar as experiências formativas em cursos de graduação em psicologia para atuar na Assistência Social, corroborando com os estudos de Cury (2013), Santos e Nóbrega (2017), Neto e Lima (2019), esta categoria aponta que o estágio é um importante processo formativo para permitir o estudante de psicologia atuar na Assistência Social, uma vez que nesta atividade é permitido ao discente desenvolver habilidades e competências, amadurecimento pessoal e profissional, contato com a realidade dos usuários dos serviços, entender o cotidiano de trabalho de profissionais formados e toda a dinâmica e funcionamento dos serviços.

Ainda conforme discutem Santos e Nóbrega (2017) os estágios em psicologia, são um importante processo formativo na graduação, devem ser considerados para além da mera aplicação da teoria, mas devem ser concebidos como uma oportunidade de atividades que favoreçam a formação profissional por um prisma crítico e reflexivo. Para que tal processo seja eficaz, é importante a observação das condições objetivas em que se desenvolve essa formação.

DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nessa categoria foram encontradas produções que indicam as fragilidades e os descompassos presentes entre o que é determinado na política e como vem acontecendo a prática da psicologia nestes serviços (Cordeiro & Curado, 2017; Belarmino et al., 2020; Kruger, Antoni & Baldissera, 2021). Estas questões foram observadas através das práticas de estágio, análises documentais e experiência de extensão, anteriormente discutidas.

Cordeiro e Curado (2017) abordam que há grande descompasso entre a formação oferecida nos cursos de psicologia e o cotidiano de trabalho no SUAS e isso gera angústia, insegurança e intervenções pouco condizentes com as diretrizes do SUAS e, nesse sentido, as experiências de estágio contribuem para diminuir essa lacuna na graduação em psicologia.

De acordo com Belarmino et al. (2020), os poucos casos que chegavam ao centro de referência, encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), terminavam sem o devido acompanhamento da rota percorrida por essas mulheres, culminando numa atenção fragmentada.

Diante disso, as escritoras Kruger, Antoni e Baldissera (2021) quando descrevem uma experiência de estágio no CRAS, indicam que ainda há estigma das profissionais em relação às pessoas em situação de rua, precarização da PNAS, dificuldade de diálogo com a segurança pública, não adesão dos usuários às estratégias traçadas.

Além disso, essas autoras também apontam que as falas dos entrevistados revelaram que os profissionais sentiram e sentem dificuldades na sua atuação profissional por lidarem com grande número de famílias atendidas pelo CRAS, bem como com questões de ordem social como o fenômeno da violência e grande quantidade de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, tão presentes nas comunidades referenciadas pelo CRAS.

Outro problema encontrado, foi que alguns aspectos estruturais, sócio-históricos e biopolíticos são elementos que interferem na execução qualificada dos serviços tipificados pelas políticas públicas, marcando a dissonância entre políticas e suas implementações nos serviços. De acordo com Sicari, Oliveira e Pereira (2015), ao descrever uma experiência no CRAS, a prática profissional ainda legitima a perpetuação da desigualdade social e culpabiliza o sujeito pela sua condição social.

Outra situação encontrada nos equipamentos da proteção social, conforme Flor e Goto (2015), é que a psicologia precisa identificar as principais demandas psicossociais dos usuários, afastando-se do modelo assistencialista, herança clientelista da era inicial da Assistência Social no Brasil e investir numa intervenção psicológica contextualizada histórico, social e pessoal condizente com os usuários.

Além disso, outro desafio descrito por Macedo e Dimenstein (2011) segundo os participantes da pesquisa, diz respeito à atuação das psicólogas e a estrutura física precária dos Cras que em dias de muita chuva, por exemplo, algumas atividades precisavam ser canceladas em função de ausência de um ambiente mais apropriado para desenvolver tais atividades, uma vez que o espaço apresenta algum tipo de problema estrutural como goteiras por exemplo. Além da rotatividade excessiva de profissionais, descontinuidade das ações, fragilidade do trabalho das equipes e a despotencialização dos trabalhadores da Assistência Social, foram fatores presentes no dia a dia do SUAS.

Portanto, essa categoria vem indicando a precarização ainda existente nas condições de trabalho para os profissionais do SUAS, o que também está abordado em vários outros estudos (Sicari & Pereira, 2015; Schardong & Machado, 2016; Macedo et al. (2018), todos evidenciam os desafios atrelados à prática profissional da psicologia no SUAS, o que também traz repercussões à formação do profissional.

Sobre isso, Macedo et al. (2018) apresentam a seguinte reflexão na qual dados empíricos sugeriram que a formação acadêmica ainda é voltada em sua maioria para a atuação clínica individualizante, limitado suporte teórico-metodológico para atuação dos profissionais e diversas limitações que dificultam a realização do trabalho do profissional da Psicologia no SUAS. Nesse aspecto, faz-se necessário avanços na formação acadêmica dos profissionais de Psicologia quanto à atuação que busca por avanços na consolidação de um sistema de garantia de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou discutir/ressaltar alguns aspectos importantes quanto à Formação do Profissional em Psicologia para atuar na Assistência Social. Para tanto, recorreu-se à revisão da literatura, especialmente no que se refere às experiências formativas presentes nos cursos de Graduação em Psicologia.

Nesse sentido, pôde-se observar que apesar de terem ocorrido avanços, a política de assistência social ainda é pouco difundida na graduação e nota-se a insuficiência de componentes curriculares que tratam da temática nas matrizes curriculares. Sobre isso, os escritos de Andrade e Morais (2017) ressaltam que aspectos como preparo acadêmico, capacitação continuada, maiores investimentos no setor público e fortalecimento dos recursos humanos são elementos imprescindíveis na implementação e execução da “verdadeira” política de assistência social. Consoante a esta ideia, os escritores Trentin et al. (2018) acrescentam que é relevante haver a instrumentalização profissional, passando desde a formação acadêmica até a prática profissional por meio de educação permanente e supervisão local.

Outro aspecto observado refere-se aos processos formativos relativos a estágios e atividades de extensão. Foi encontrado que os estágios são importantes ferramentas para

qualificar a formação do discente para atuar no SUAS, pois permitem o estudante conhecer de perto a dinâmica, o funcionamento dos locais e o cotidiano de trabalho dos profissionais. Além disso, identificou-se a importância de temas transversais, para qualificar a formação graduada.

Ainda conforme discutem Santos e Nóbrega (2017) os estágios em psicologia, são um importante processo formativo na graduação, devem ser considerados para além da mera aplicação da teoria, mas devem ser concebidos como uma oportunidade de atividades que favoreçam a formação profissional por um prisma crítico e reflexivo. Para que tal processo seja eficaz, é importante a observação das condições objetivas em que se desenvolve essa formação.

Um terceiro aspecto analisado na presente pesquisa diz respeito aos desafios para a atuação da Psicologia na Assistência Social. Foi investigado as dificuldades que os profissionais ainda enfrentam para atuar neste contexto. Os principais achados, abordam, que há precarização nas condições de trabalho, isto é, alta rotatividade de profissionais, falta de formação acadêmica, salários baixos, estruturas físicas dos CRAS e CREAS inadequadas e herança assistencialista das práticas antes do período da promulgação das leis de assistência.

Além disso, fica constatado a importância de pesquisas futuras trazerem as experiências bem sucedidas com relação a atuação da psicologia na Assistência Social, visando mapear o que vem dando certo nos territórios brasileiros, isto é, intervenções que estejam mais alinhadas as resoluções e normativas dos Conselhos e entidades da profissão, bem como, aos princípios e diretrizes da PNAS e PNEP. Isto pode ajudar a potencializar a política e fortalecer ainda mais os profissionais, e conseqüentemente, qualificar os processos formativos na graduação.

Perante o exposto, entende-se que o presente estudo apresenta limites relacionados, especialmente, ao recorte de artigos nacionais. Pesquisas futuras que contemplem documentos como livros, teses e dissertações podem permitir análises mais abrangentes sobre a formação em psicologia para atuação na política de assistência social.

REFERÊNCIAS

- Adorno, R. de C. F. (2001a). *Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/001228132>
- Amendola, M. F. (2014). Graduação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: Uma perspectiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 971. doi:10.1590/1982-370001762013
- Andrade, A. G. de S., & Moraes, N. A. de. (2017). Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(2), 378–392. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001412016>
- Antunes, MAM (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32 (spe), 44–65. doi:10.1590/s1414-98932012000500005
- Beato, M. S. da F., & Ferreira Neto, J. L. (2016). Formação em Psicologia em universidade federal e suas repercussões na reflexividade ligada a políticas públicas. *Psicologia em Revista*, 22(2), 516. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9523.2016v22n2p516>
- Belarmino, V. H., Silva, J. C. de A. e., Santos, L. L. de A., & Dimenstein, M. (2020). Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003200160>
- Bernardes, J. de S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(spe), 216–231. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932012000500016>
- Bernardes, J. de S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32 (spe), 216–231. doi:10.1590/s1414-98932012000500016
- Bock, AMB, Ferreira, MR, Gonçalves, M. da GM, & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, 19 (spe2), 46–56. doi:10.1590/s0102-71822007000500018
- Bruniere, M. F., Aragon, L. A., & Echevarrieta, M. A. de C. (2019). Estágio em psicologia social: discussão de uma experiência a partir da análise de implicação. *Revista de Ciências Humanas*, 53, 1–10. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2019.e66996>
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Informações para gestores e gestoras.
- Conselho Federal de Psicologia–CFP. (2018). Ano da formação em psicologia: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. *Conselho Federal de Psicologia*.
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2018). PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM CAMPO EM FORMAÇÃO. *Psicologia & sociedade*, 29(0). <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169210>

- Costa, J. P. da, Amorim, K. M. de O., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). Quem estuda a profissão de psicólogo no Brasil? *Arquivos brasileiros de psicologia*, 64(2), 02–18. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-5267201200020000
- Conselho Federal de Serviço Social. (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social* Brasília, DF: autor. Recuperado de http://www.cress-es.org.br/site/images/cartilha_cfess_final_grafica.pdf 
- dos Santos, L. C., Machado, E. R., & Sadallah, M. M. (2020). A Psicologia Social Comunitária E A Potência Do Afeto: Um Relato De Experiência De Estágio. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(9), 86-102.
- Faria, C. M. (2020). O Trabalho Social Com Famílias No Paif: Contribuições Da Psicologia. *BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Socio gerontologia*, 19(13), 1-11.
- Fernandes, S. R. F. (2016). *Psicologia e formação generalista: Do currículo mínimo às diretrizes curriculares* (Tese de Mestrado, Brasil)
- Figuerêdo, R. B. de, & Cruz, F. M. L. (2017). Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. *Estudos feministas*, 25(2), 803–828. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p803>
- Fusco, W., & Ojima, R. (2017). Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. *Anais*, 0(0), 1–8. Recuperado de <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2576>
- Gomes, C. A. V. [Unesp], Santos, B. V. B. de S. [Unesp], Santos, F. L. dos [Unesp], Santos, G. M. de O. [Unesp], Andrade, M. H. de [Unesp], Neves, A. F. [Unesp], ... Depicoli, H. H. F. [Unesp]. (2015). Políticas públicas e vulnerabilidade social: uma reflexão teórica a partir de experiência de estágio. *Revista Ciência em Extensão*, 11(1), 116–130. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127052?locale-attribute=es>
- Gomes, L. B., Gessele, C., & Gelhardt, V. R. (2020). Brinquedoteca comunitária. *Revista em extensão*, 19(1), 87–97. <https://doi.org/10.14393/REE-v19n12020-52934>
- Gomes, N. D. S., & Gonçalves, S. M. M. (2018). A psicologia na assistência social: considerações sobre o percurso histórico deste “novo” campo. *Revista Mosaico*, 9(1), 02–09. <https://doi.org/10.21727/rm.v9i1.1225>
- Lara, L. D., & Ecker, D. D. (2013). Formação em Psicologia e Políticas Públicas: Estágio no PIM-PIA. *Revista Polis e Psique*, 3(1), 158. <https://doi.org/10.22456/2238-152x.38169>
- Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 718–737. doi:10.1590/s1414-98932009000400006
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 296–313. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932011000200008>
- Macêdo, O. J. V., Lima, C. M. P. D., Brito, F. H. S., Souza, J. N. P., Sousa, N. K. M., Sousa, S. P., & Dias, S. G. (2018). Atuação dos profissionais de psicologia nos CRAS do interior da Paraíba. *Temas em Psicologia*, 26(2), 1083–1097. <https://doi.org/10.9788/tp2018.2-20pt>
- Maciel Krüger, W., Pellens Baldissera, M. A., & De Antoni, C. (2021). Situação De Rua e Abordagem Social: Desafios Operacionais ao SUAS. *Revista Polis e Psique*, 11(1), 27–44. <https://doi.org/10.22456/2238-152x.105153>
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Editora Vozes Limitada.

- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. de F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(2), 349–362. doi:10.1590/1982-3703000952014
- Miron, A. X., Osório, B., Fernando, L., Köhler, Z., Victorino -Mtb, A., Victorino, A., ... Maria, S. ([s.d.]). Recuperado 11 de agosto de 2022, de Org.br website: <https://www.crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/e29a4-arquivo67.pdf> 
- Oliveira, I. T. de Soligo, Â., Oliveira, S. F., & Angelucci, B. (2017). Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. *Psicologia Ensino & Formação*, 8(1), 3–15. doi:10.21826/2179-5800201781315
- Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. (2007, setembro 12). Recuperado de: 17 julho.2022, CFP website: <https://site.cfp.org.br/publicacao/parmetros-para-atuao-de-assistentes-sociais-e-psicologos-na-politica-de-assistencia-social/>
- Pereira Da Costa, J., Pessanha, V. C., Hajime, O., & Iv, Y. (n.d.). Quem estuda a profissão de psicólogo no Brasil? Julho, 2022, Recuperado de: Bvsalud.org website: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v64n2/v64n2a02.pdf>
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia Em Estudo*, 8(2), 19–27. doi:10.1590/s1413-73722003000200003
- Ribeiro, M. E., & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96
- Ribeiro, M. E., & Soligo, Â. F. (2020). Diretrizes Curriculares e Formação do Psicólogo Brasileiro: avanços, retrocessos e desafios. *Revista Integración Académica en Psicología, Ciudad de México*, 8(22), p 36-49.
- Rudá, C., Coutinho, D., & de Almeida Filho, N. (2015). Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 29, 59-85.
- Salvatori, A. P., & Gomes, A. H. (2021). Formação Em Psicologia E O Campo Da Desigualdade Social: Um Estudo Documental. *Revista e-Curriculum*, 19(2), 867–890. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p867-890>
- Santos, A. C. dos, & Nóbrega, D. O. da. (2017). Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(2), 515–528. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002992015>
- Santos, L. N. (2016). AS PSICÓLOGAS NO SUAS: MOBILIZANDO RECURSOS PARA UMA ATUAÇÃO COM COMPROMISSO SOCIAL. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, 4(1). doi:10.17267/2317-3394rps.v4i1.588
- Santos, L. N., Santana, I. O. de, Sales, E. F. de, Souza, R. M. de, Andrade, J. C.de, Rangel, T. S. B. (2021). Quem forma quem? Experiência de extensão universitária em tempos de pandemia com profissionais da política pública de assistência social. In Lima, Mônica Coutinho, Denise Bustamante, Vania Aires, Suely Patiño, Rafael (Ed.), *Pensar junto/Fazer com: saúde mental na pandemia de covid-19* (pp. 463–484). Salvador: Edufba.
- Seixas, P. D. S. (2014). A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN.
- Seixas, P. S., Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, Coelho-Lima, F., Fernandes, S. R. F., Andrade, L. R. M. de, Yamamoto, O. H., & Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. (2016). As políticas sociais nos fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de

Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 437–446. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031005>

Sicari, A. A., Oliveira, T. R. de, & Pereira, E. R. (2015). Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 88–101. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200008

Signorelli, M. C., Taft, A., & Pereira, P. P. G. (2018) Violência doméstica contra a mulher, políticas públicas e agentes comunitários na atenção primária a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(1), 93–102. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.16562015>

Silva, C. de A. e., & Yamamoto, O. H. (2013). As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33(4), 824–839. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932013000400005>

Silva, R. B., & Simcic, J. V. B. (2021). As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná. *Revista de Psicologia*, 12(2), 75–90. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.5>

Soares, A.R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (spe), 8–41. doi:10.1590/s1414-9893201000050000

Souza, Marilene Proença Rebello de Facci, Marilda Gonçalves Dias e Silva, Silvia Maria Cintra da EDITORIAL 22.1 - Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.pp. 13-16. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>.

Trentin, D., Oliveira Vargas, M. A. de, Pires de Pires, D. E., Hellmann, F., Brehmer, L., & César Leal, S. (2018). Abordagem a mulheres em situação de violência sexual na perspectiva da bioética. *Acta Bioética*, 24(1), 117–126. <https://doi.org/10.4067/s1726-569x2018000100117>

Warpechowski, M. B., & De Conti, L. (2018). Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. *Estilos da Clínica*, 23(2), 322–343. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p322-343>